



PLANO DE MANDATO RADMAN GADIEL

DEPUTADO FEDERAL POR MATO GROSSO

Fiscalizar. Legislar. Cobrar. Destinar recursos. Prestar contas.

Propostas inspiradas no Livro Amarelo - Missão 2026 e adaptadas às atribuições de um deputado federal.

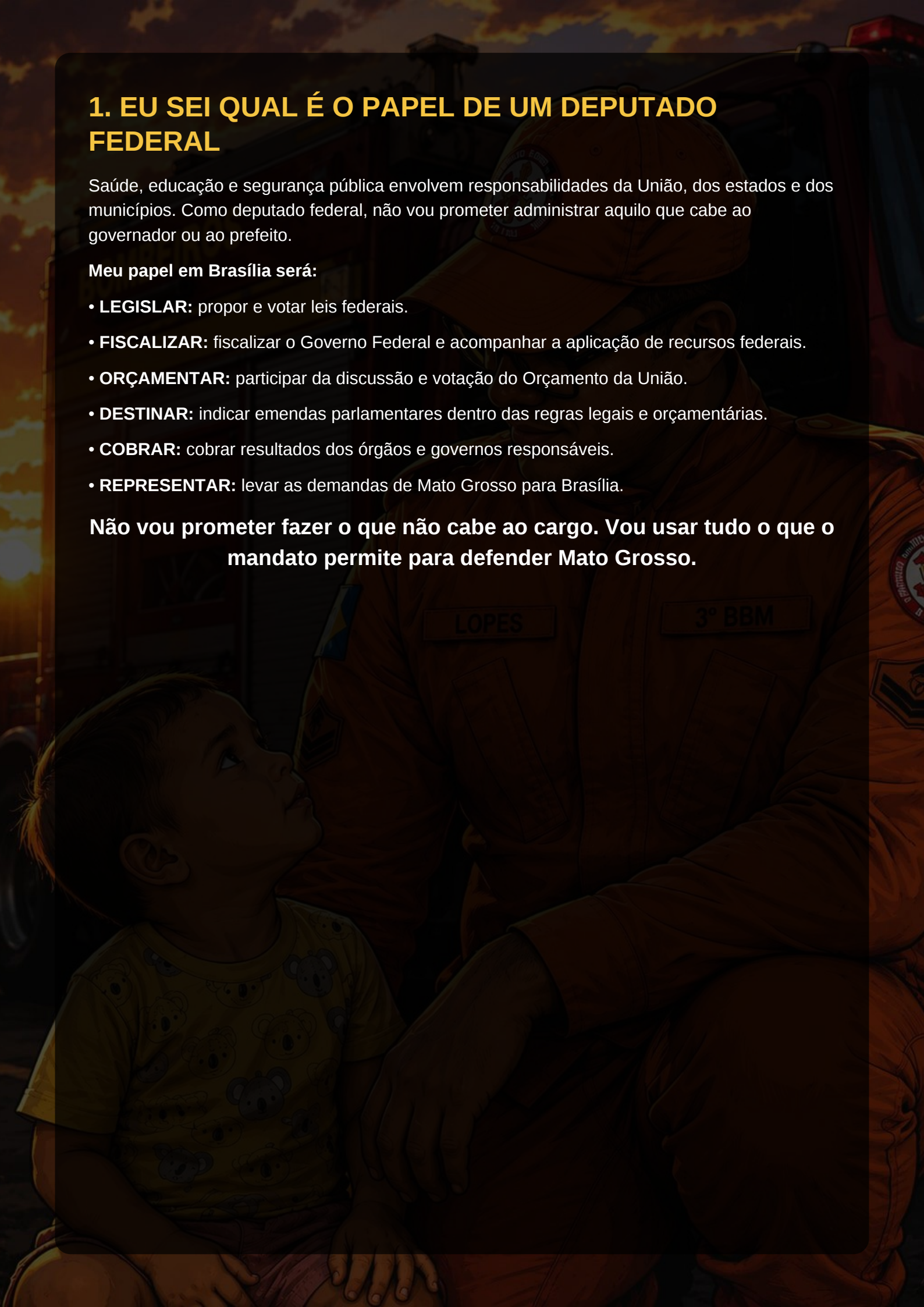
1. EU SEI QUAL É O PAPEL DE UM DEPUTADO FEDERAL

Saúde, educação e segurança pública envolvem responsabilidades da União, dos estados e dos municípios. Como deputado federal, não vou prometer administrar aquilo que cabe ao governador ou ao prefeito.

Meu papel em Brasília será:

- **LEGISLAR:** propor e votar leis federais.
- **FISCALIZAR:** fiscalizar o Governo Federal e acompanhar a aplicação de recursos federais.
- **ORÇAMENTAR:** participar da discussão e votação do Orçamento da União.
- **DESTINAR:** indicar emendas parlamentares dentro das regras legais e orçamentárias.
- **COBRAR:** cobrar resultados dos órgãos e governos responsáveis.
- **REPRESENTAR:** levar as demandas de Mato Grosso para Brasília.

Não vou prometer fazer o que não cabe ao cargo. Vou usar tudo o que o mandato permite para defender Mato Grosso.

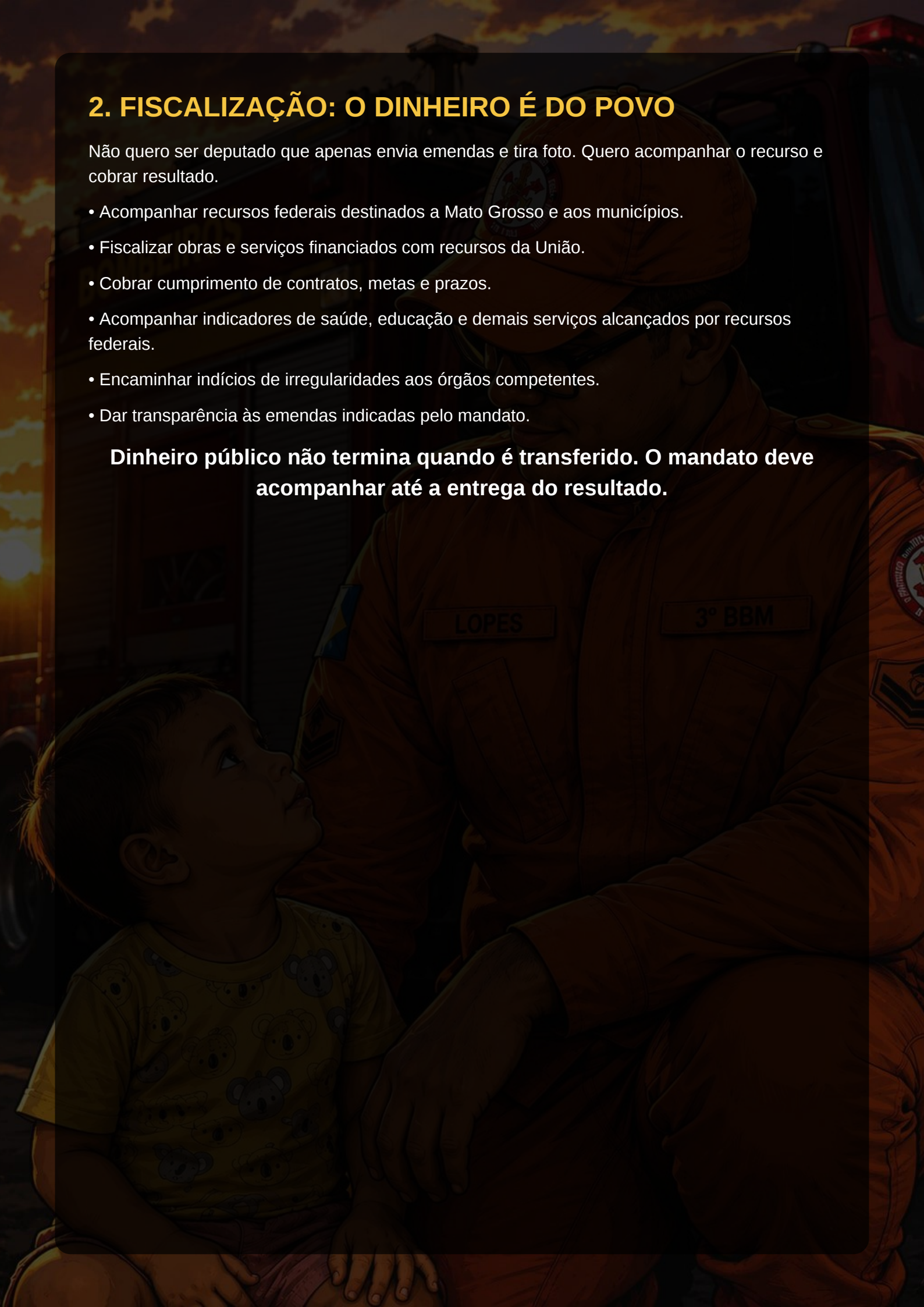


2. FISCALIZAÇÃO: O DINHEIRO É DO POVO

Não quero ser deputado que apenas envia emendas e tira foto. Quero acompanhar o recurso e cobrar resultado.

- Acompanhar recursos federais destinados a Mato Grosso e aos municípios.
- Fiscalizar obras e serviços financiados com recursos da União.
- Cobrar cumprimento de contratos, metas e prazos.
- Acompanhar indicadores de saúde, educação e demais serviços alcançados por recursos federais.
- Encaminhar indícios de irregularidades aos órgãos competentes.
- Dar transparência às emendas indicadas pelo mandato.

Dinheiro público não termina quando é transferido. O mandato deve acompanhar até a entrega do resultado.

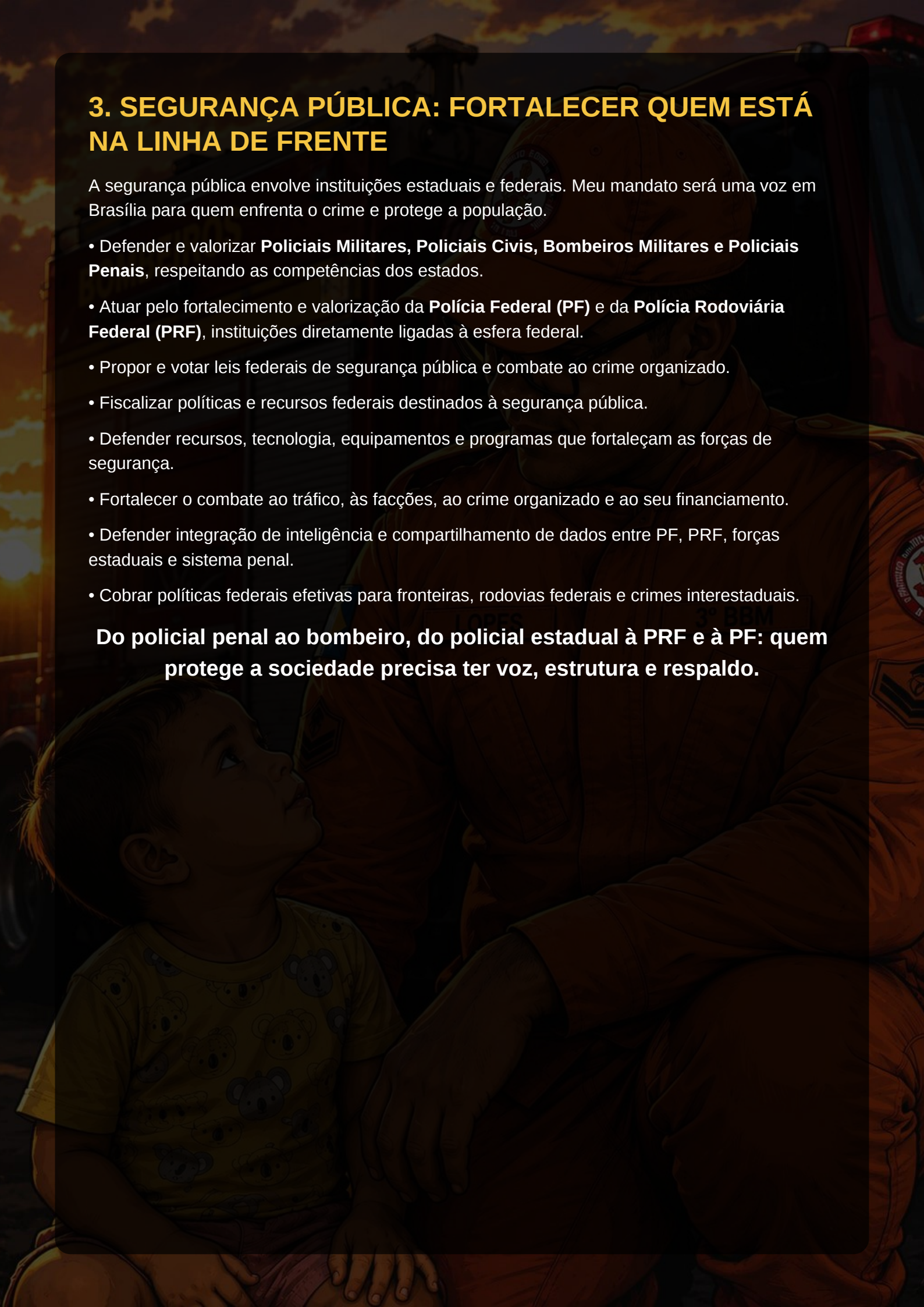


3. SEGURANÇA PÚBLICA: FORTALECER QUEM ESTÁ NA LINHA DE FRENTE

A segurança pública envolve instituições estaduais e federais. Meu mandato será uma voz em Brasília para quem enfrenta o crime e protege a população.

- Defender e valorizar **Policiais Militares, Policiais Civis, Bombeiros Militares e Policiais Penais**, respeitando as competências dos estados.
- Atuar pelo fortalecimento e valorização da **Polícia Federal (PF)** e da **Polícia Rodoviária Federal (PRF)**, instituições diretamente ligadas à esfera federal.
- Propor e votar leis federais de segurança pública e combate ao crime organizado.
- Fiscalizar políticas e recursos federais destinados à segurança pública.
- Defender recursos, tecnologia, equipamentos e programas que fortaleçam as forças de segurança.
- Fortalecer o combate ao tráfico, às facções, ao crime organizado e ao seu financiamento.
- Defender integração de inteligência e compartilhamento de dados entre PF, PRF, forças estaduais e sistema penal.
- Cobrar políticas federais efetivas para fronteiras, rodovias federais e crimes interestaduais.

Do policial penal ao bombeiro, do policial estadual à PRF e à PF: quem protege a sociedade precisa ter voz, estrutura e respaldo.

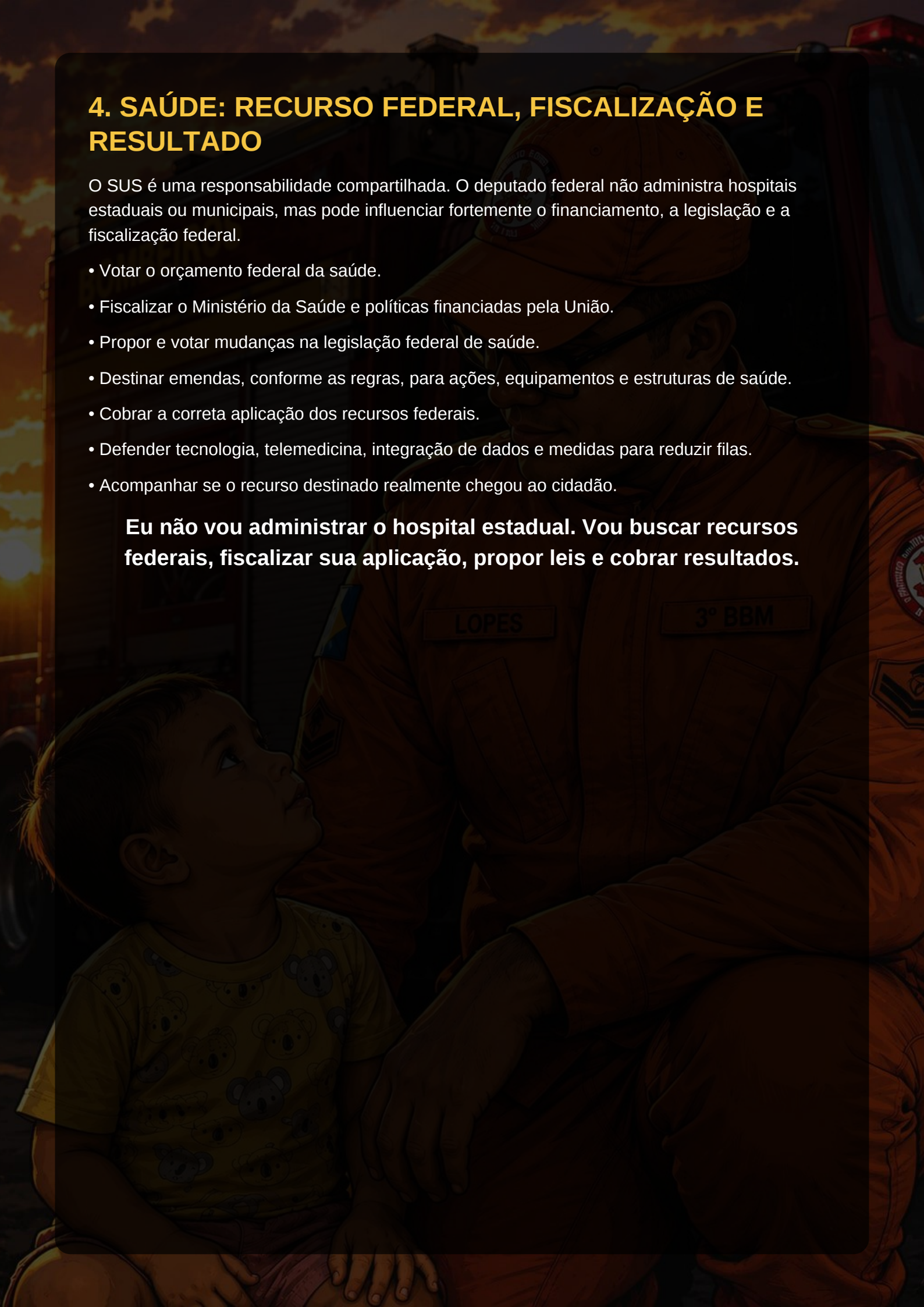


4. SAÚDE: RECURSO FEDERAL, FISCALIZAÇÃO E RESULTADO

O SUS é uma responsabilidade compartilhada. O deputado federal não administra hospitais estaduais ou municipais, mas pode influenciar fortemente o financiamento, a legislação e a fiscalização federal.

- Votar o orçamento federal da saúde.
- Fiscalizar o Ministério da Saúde e políticas financiadas pela União.
- Propor e votar mudanças na legislação federal de saúde.
- Destinar emendas, conforme as regras, para ações, equipamentos e estruturas de saúde.
- Cobrar a correta aplicação dos recursos federais.
- Defender tecnologia, telemedicina, integração de dados e medidas para reduzir filas.
- Acompanhar se o recurso destinado realmente chegou ao cidadão.

Eu não vou administrar o hospital estadual. Vou buscar recursos federais, fiscalizar sua aplicação, propor leis e cobrar resultados.

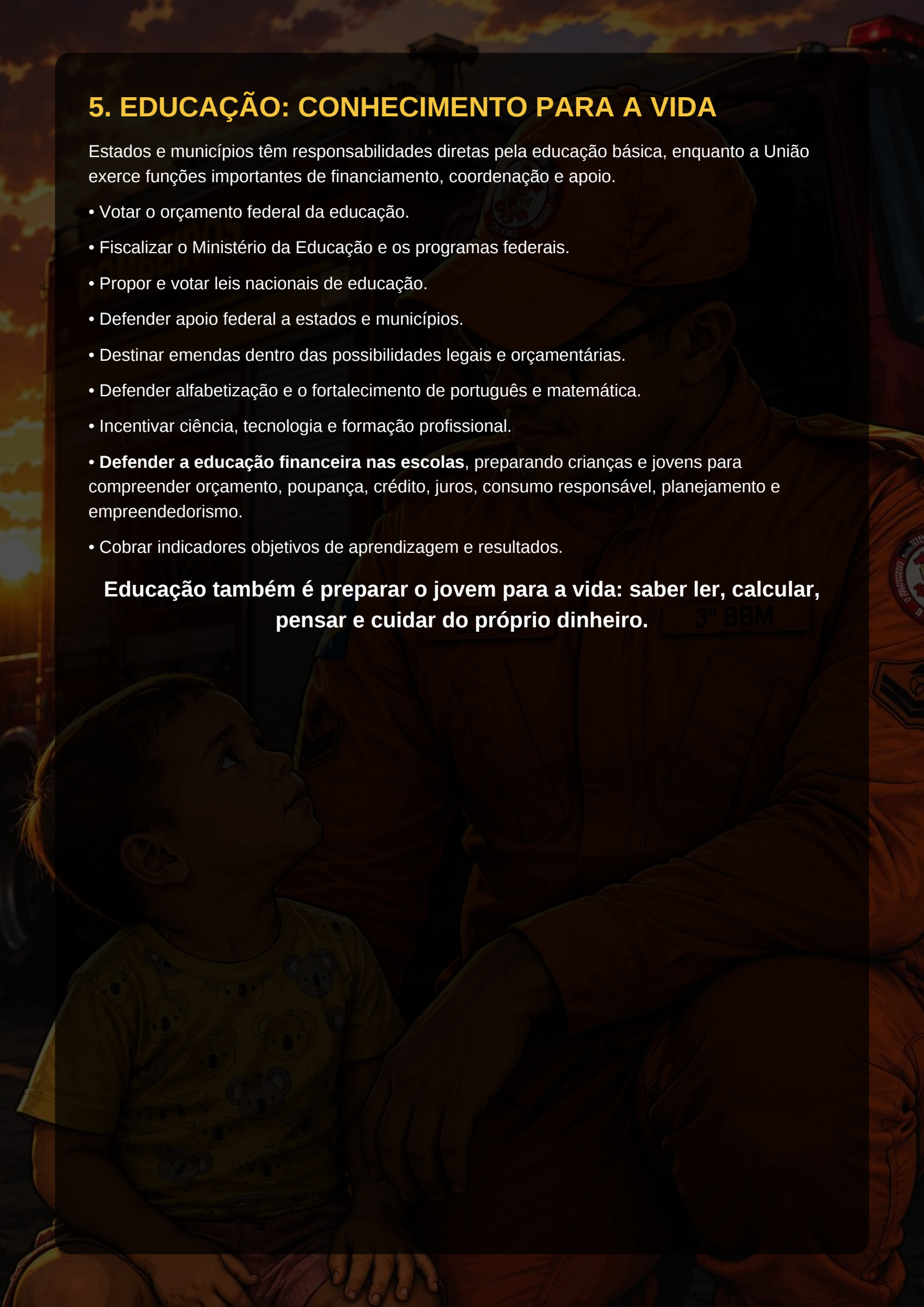


5. EDUCAÇÃO: CONHECIMENTO PARA A VIDA

Estados e municípios têm responsabilidades diretas pela educação básica, enquanto a União exerce funções importantes de financiamento, coordenação e apoio.

- Votar o orçamento federal da educação.
- Fiscalizar o Ministério da Educação e os programas federais.
- Propor e votar leis nacionais de educação.
- Defender apoio federal a estados e municípios.
- Destinar emendas dentro das possibilidades legais e orçamentárias.
- Defender alfabetização e o fortalecimento de português e matemática.
- Incentivar ciência, tecnologia e formação profissional.
- **Defender a educação financeira nas escolas**, preparando crianças e jovens para compreender orçamento, poupança, crédito, juros, consumo responsável, planejamento e empreendedorismo.
- Cobrar indicadores objetivos de aprendizagem e resultados.

Educação também é preparar o jovem para a vida: saber ler, calcular, pensar e cuidar do próprio dinheiro.

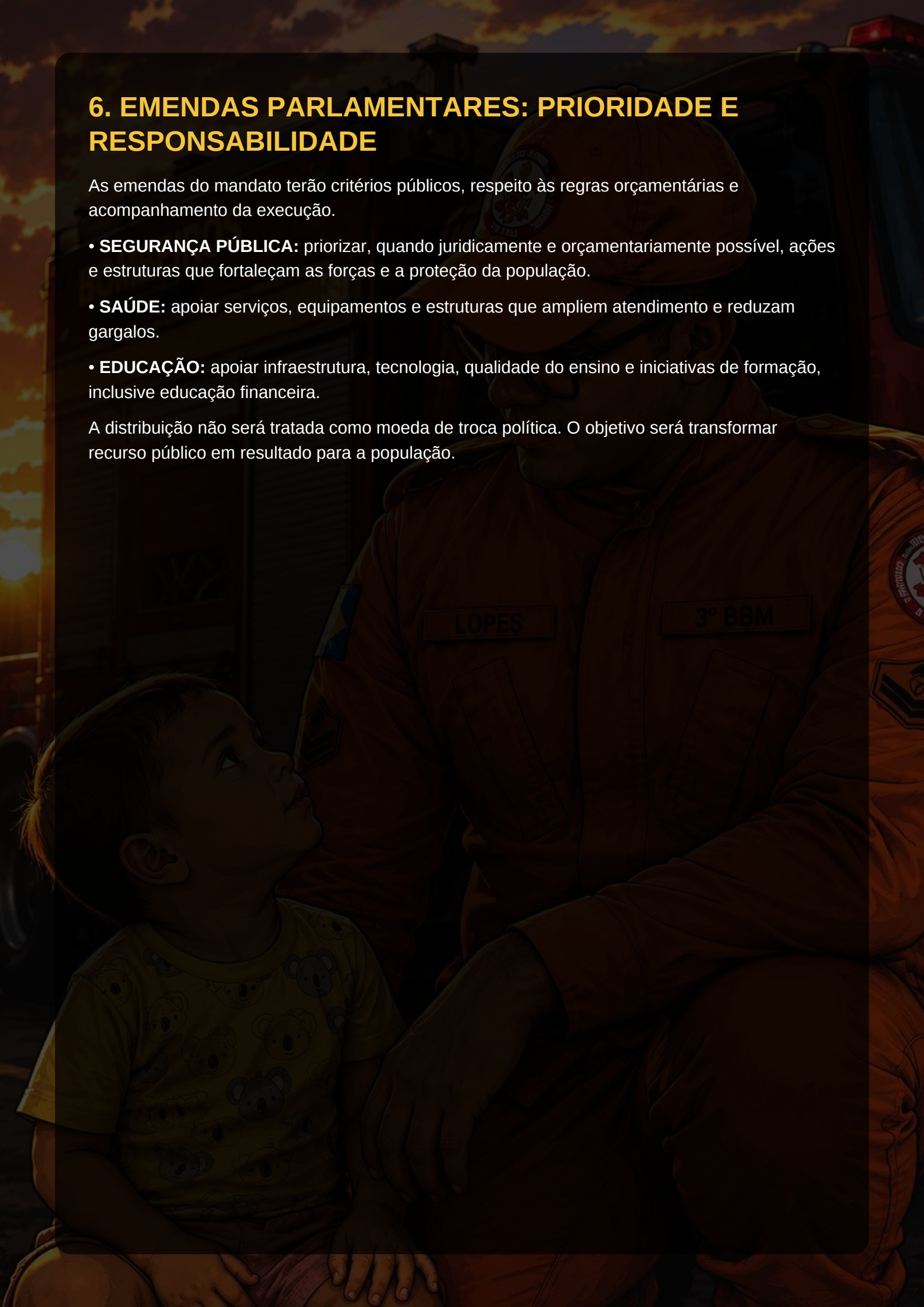


6. EMENDAS PARLAMENTARES: PRIORIDADE E RESPONSABILIDADE

As emendas do mandato terão critérios públicos, respeito às regras orçamentárias e acompanhamento da execução.

- **SEGURANÇA PÚBLICA:** priorizar, quando juridicamente e orçamentariamente possível, ações e estruturas que fortaleçam as forças e a proteção da população.
- **SAÚDE:** apoiar serviços, equipamentos e estruturas que ampliem atendimento e reduzam gargalos.
- **EDUCAÇÃO:** apoiar infraestrutura, tecnologia, qualidade do ensino e iniciativas de formação, inclusive educação financeira.

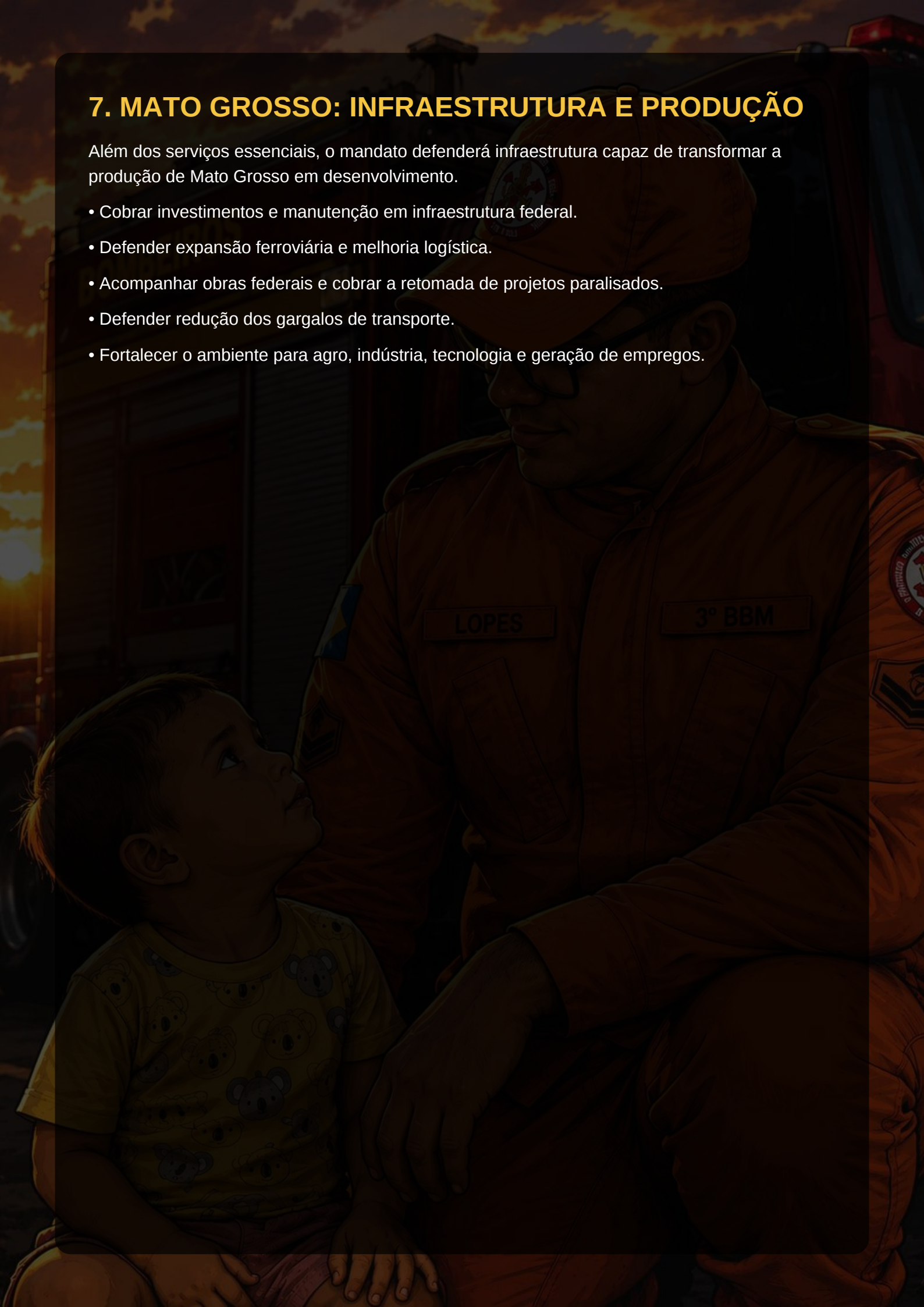
A distribuição não será tratada como moeda de troca política. O objetivo será transformar recurso público em resultado para a população.



7. MATO GROSSO: INFRAESTRUTURA E PRODUÇÃO

Além dos serviços essenciais, o mandato defenderá infraestrutura capaz de transformar a produção de Mato Grosso em desenvolvimento.

- Cobrar investimentos e manutenção em infraestrutura federal.
- Defender expansão ferroviária e melhoria logística.
- Acompanhar obras federais e cobrar a retomada de projetos paralisados.
- Defender redução dos gargalos de transporte.
- Fortalecer o ambiente para agro, indústria, tecnologia e geração de empregos.

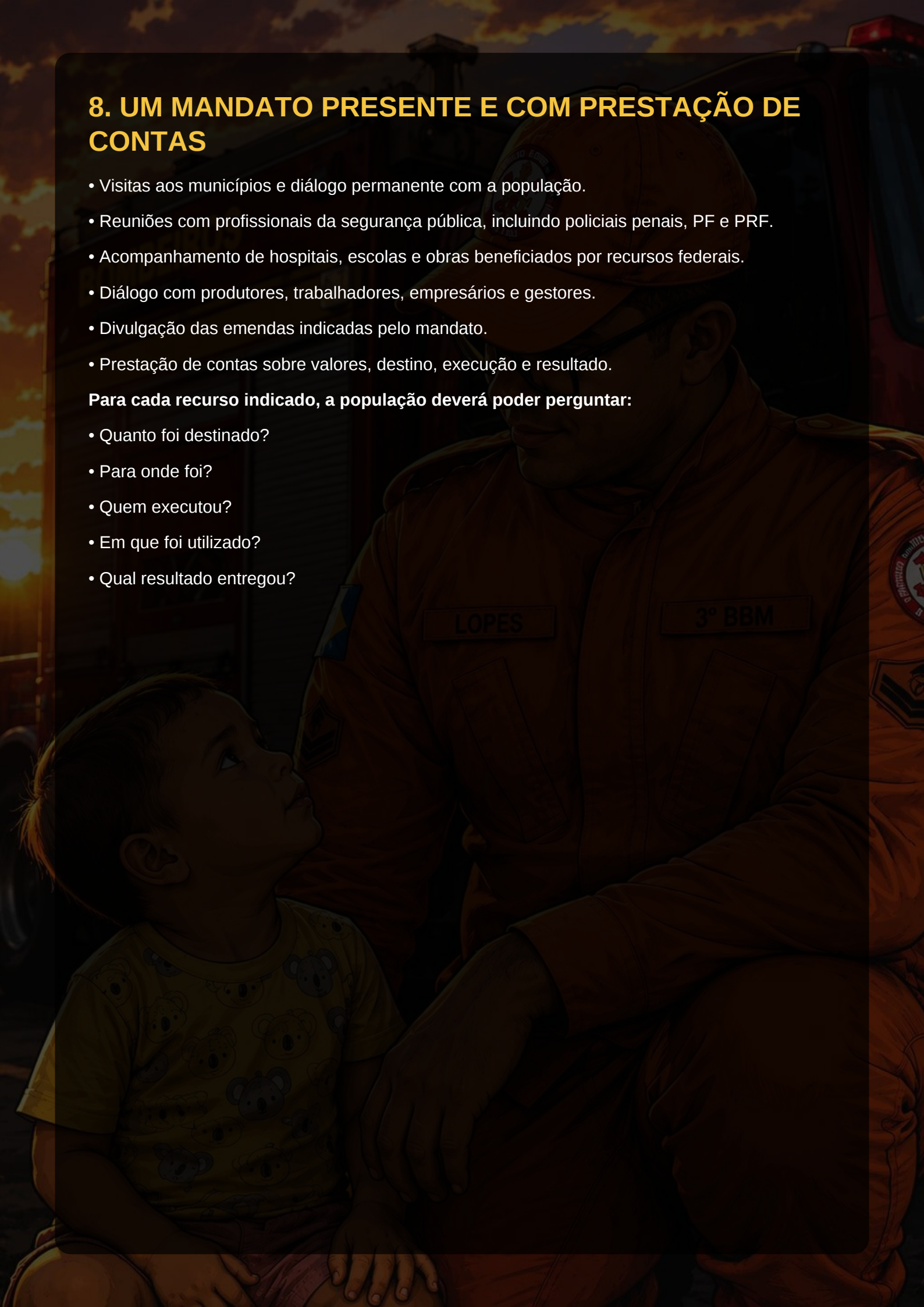


8. UM MANDATO PRESENTE E COM PRESTAÇÃO DE CONTAS

- Visitas aos municípios e diálogo permanente com a população.
- Reuniões com profissionais da segurança pública, incluindo policiais penais, PF e PRF.
- Acompanhamento de hospitais, escolas e obras beneficiados por recursos federais.
- Diálogo com produtores, trabalhadores, empresários e gestores.
- Divulgação das emendas indicadas pelo mandato.
- Prestação de contas sobre valores, destino, execução e resultado.

Para cada recurso indicado, a população deverá poder perguntar:

- Quanto foi destinado?
- Para onde foi?
- Quem executou?
- Em que foi utilizado?
- Qual resultado entregou?



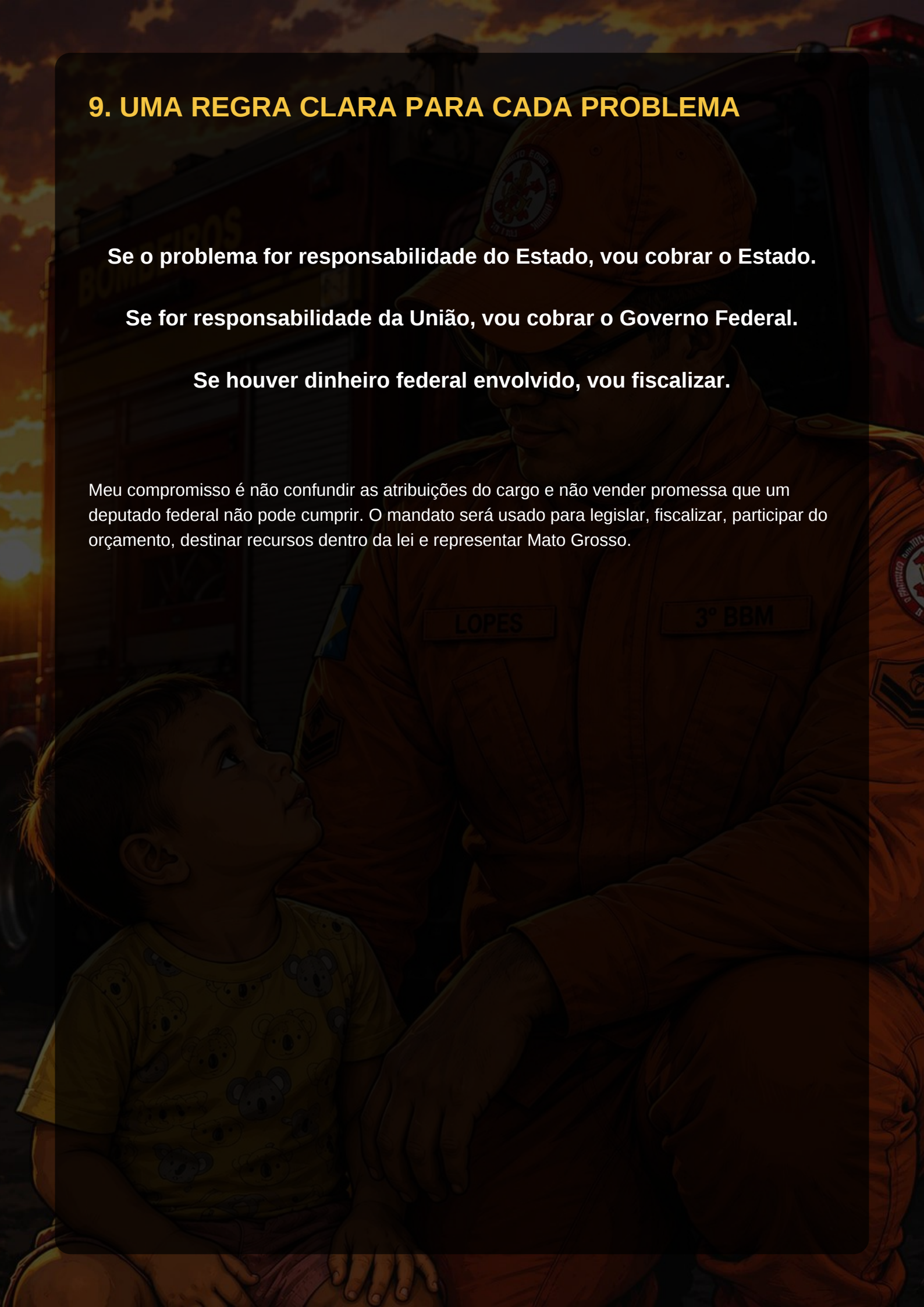
9. UMA REGRA CLARA PARA CADA PROBLEMA

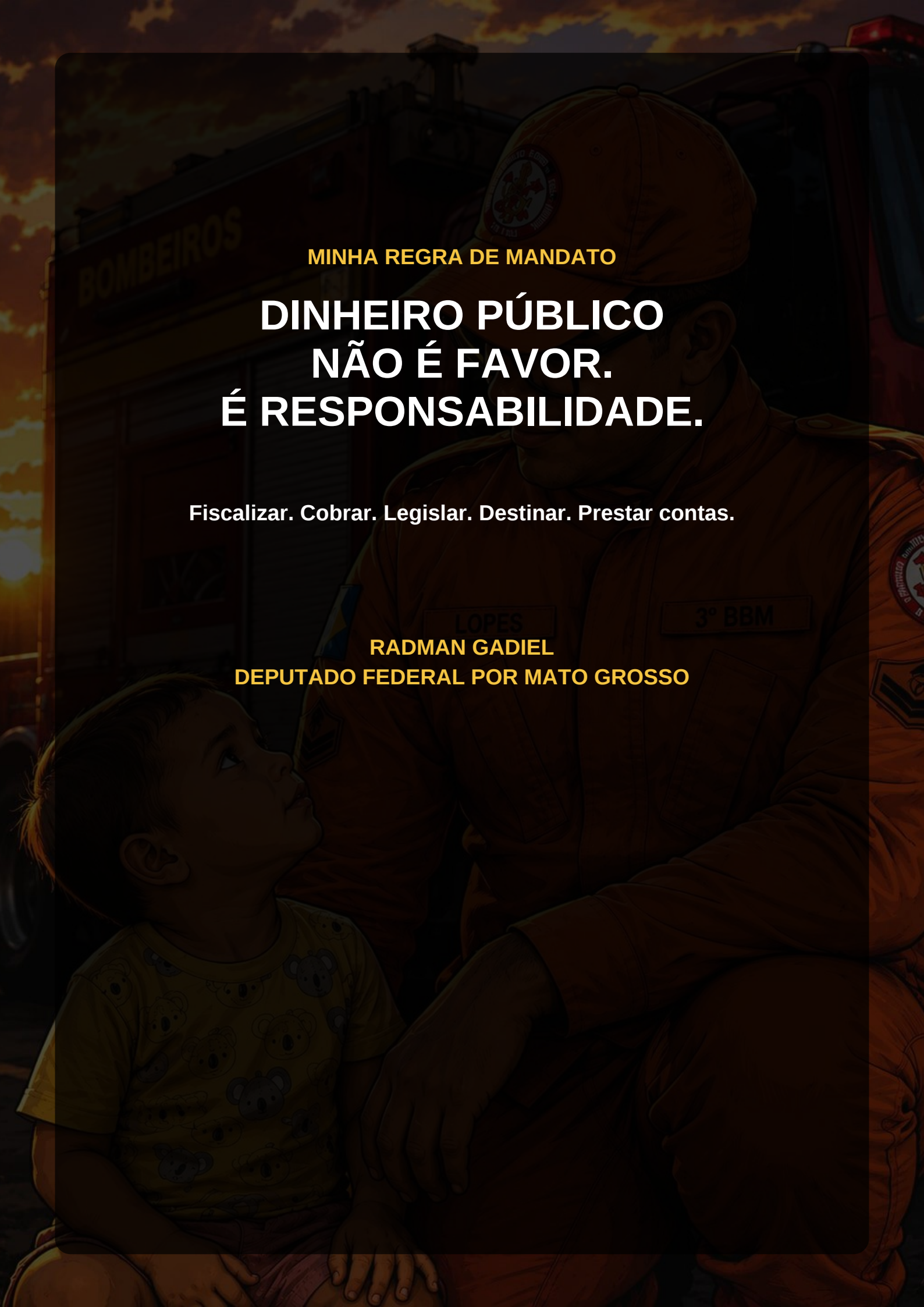
Se o problema for responsabilidade do Estado, vou cobrar o Estado.

Se for responsabilidade da União, vou cobrar o Governo Federal.

Se houver dinheiro federal envolvido, vou fiscalizar.

Meu compromisso é não confundir as atribuições do cargo e não vender promessa que um deputado federal não pode cumprir. O mandato será usado para legislar, fiscalizar, participar do orçamento, destinar recursos dentro da lei e representar Mato Grosso.





MINHA REGRA DE MANDATO

DINHEIRO PÚBLICO NÃO É FAVOR. É RESPONSABILIDADE.

Fiscalizar. Cobrar. Legislar. Destinar. Prestar contas.

LOPES
3º BBM
RADMAN GADIEL
DEPUTADO FEDERAL POR MATO GROSSO